



## **ISP INTERAMÉRICA INFORME DE ATIVIDADES (2010 - 2015)**

Um dos aspectos mais fortes a se comentar em qualquer balanço político que se faça da situação da região nos últimos anos, sem dúvida, é o impacto da crise econômica mundial em nossos países, ainda que em diferentes momentos. Passado um período de desenvolvimento e de consolidação democrática em muitos países, observamos um período de retrocessos, com baixo crescimento e fortalecimento da agenda neoliberal como suposta fórmula de superação da crise. Desde o Canadá, passando pelos Estados Unidos, países do Caribe e toda a América Latina, a crise fez com que os sindicatos entrassem, cada um a seu momento, em um período de resistência buscando diminuir danos.

Somam-se a isso ataques frontais à democracia, com ameaças a eleições democráticas e mesmo golpes, como no caso do Paraguai, favorecendo, com exceções, a eleição de governos mais conservadores em muitos países. Até mesmo governos inicialmente considerados progressistas começaram, no último período, a se mostrar reticentes, para não dizer reacionários, quanto aos direitos civis e sindicais, como nos casos do Equador e do Peru.

Negociações de Tratados de Livre Comércio (TLCs) passaram a ser defendidas abertamente na região. Sempre amplamente favoráveis às empresas transnacionais, afetam tanto direitos sindicais quanto impõem modelos de desenvolvimento tutelados, atingindo a todos nós trabalhadores e a população como um todo. Injustiças fiscais como isenção de impostos e uso de paraísos fiscais para não pagar nada sobre os lucros dificultam cada vez mais que se garanta financiamento adequado aos serviços públicos com a qualidade que sempre defendemos.

Já em 2010, em Cartagena, a ISP Américas, por decisão de suas filiadas, acertadamente adotava, em seu plano de lutas, como suas prioridades: defender os direitos sindicais, promover a equidade com sindicatos inclusivos, atuar sobre a governança global em particular no combate à privatização, aos TLCs e lutar

por financiamento adequado do setor público para que este pudesse oferecer serviços de qualidade. Propunha para isso organizar-se também por setor e fortalecer nossa capacidade de ação em cada país através do Comitê Nacional Coordenador. Essas propostas foram em muito reforçadas a partir das resoluções do Congresso Mundial de Durban e da eleição de Rosa Pavanelli para secretária-geral.

O resultado de tudo isso foi que, mesmo com a redução de nosso *staff* em função de problemas financeiros, ainda que muitas de nossas filiadas tenham tido que se voltar mais a uma ação nacional de resistência em função da crise, crescemos com nosso trabalho sindical na região, ganhamos mais visibilidade e melhoramos nossa capacidade de resposta nesses 05 anos.

Muito ainda nos falta. Em particular, ter a habilidade de conseguir consolidar de vez, na agenda de cada sindicato da região, discussões quanto aos TLCs, à Justiça Fiscal, à garantia de direitos sindicais e tantos outros assuntos que nos permitam atuar globalmente em resposta a uma ação também cada vez mais orquestrada globalmente.

Resolver as dificuldades oriundas dos diferentes modelos de organização sindical que enfrentamos quando buscamos organizar regionalmente os setores, também é um desafio que ainda nos falta responder. Além de trabalhar com mais foco e impactar mais as agendas das instituições de governança global em seus desdobramentos na região.

Feita esta brevíssima introdução, esperamos que o informe resumido que vem a seguir, com alguns dados sobre as atividades que aconteceram neste período, em função do Plano de Ação Regional aprovado em Cartagena, sirva de subsídio para análise e para orientar melhor os rumos da região no futuro.

## **I ORGANIZAÇÃO SINDICAL**

Dando continuidade à organização por setores, que acontece na região, por decisão do último IAMRECON, desde 2010, seguimos fortalecendo, nos últimos 05 anos, a organização da CONTUA (Confederação Trabalhadores Administrativos das Universidades), da CLTPJ (Confederação Latino-americana de Trabalhadores do Judiciário), da CONTAGUA (Confederação dos Trabalhadores em Água), da ULATOC (União Latino-americana de Trabalhadores no Controle do Estado) e da FRASUR (Federação de Aduanas). A organização por setores demonstrou-se tão acertada que, em 2012, o Congresso Mundial da ISP, em Durban, confirmou o fortalecimento dessa linha de trabalho já adotada pelas Américas.

Neste último período, destacaram-se, em especial, os esforços para seguirmos organizando os setores de Municipais, Saúde, Administração Central, Legislativo, Elétrico e Administrativo da Educação.

Quanto ao setor de Municipais, fundou-se a Contram-ISP (Confederação de Trabalhadores e Trabalhadoras Municipais das Américas), em agosto de 2014, durante reunião no México, após três anos de seminários onde se debateu o modelo organizacional e aprovaram-se planos de trabalho. Destacam-se nesses planos a luta por direitos sindicais no setor público, principalmente a regulamentação da negociação coletiva e o emprego decente, pois entre os governos quase que prevalece a contratação precária.

O setor de Saúde, por sua vez, segue como um ponto débil na organização da região, embora uma importante reunião do setor tenha sido realizada em 2012, no Rio de Janeiro, com a participação de representantes da República Dominicana, México, Honduras, Costa Rica, Colômbia, Equador, Chile, Paraguai, Uruguai, Argentina e Brasil. Encontro este que ocorreu justamente antes da II Assembleia Sindical da CSI sobre Trabalho e Meio Ambiente (entre os dias 11 e 13 junho), o que acabou possibilitando a participação daqueles que estiveram no encontro do setor na Rio+20, com todos os debates sobre câmbios climáticos.

Os sindicatos do setor de Administração Central, por sua vez, se reuniram várias vezes, três vezes somente em 2013: em Bogotá, em maio; no Panamá, em outubro; e por fim, no México, em dezembro. Constituíram-se em rede e mantêm reuniões periódicas por Skype. Destacaram-se na luta contra a corrupção, por direitos sindicais e por serviços públicos de qualidade.

Já o setor de Água apresenta avanços, por meio de projeto de fortalecimento da Confederação de Trabalhadores de Água, cujo destaque é a luta contra as privatizações.

O setor de Legislativo começou a organizar-se recentemente. Com reuniões sub-regionais organizadas pela APL-Argentina e pela ISP. Durante o IAMRECON, farão sua primeira reunião regional.

O setor Elétrico tem se reunido mais em torno das negociações da ISP referentes a empresas transnacionais, em particular a ENEL e a Suez. Representantes do setor Elétrico da região participaram ainda de uma reunião mundial, em setembro de 2013, em Luxemburgo. Além de também terem promovido uma reunião dos trabalhadores da ENEL no Brasil em 2014.

O setor Administrativos da Educação, recém-formado na ISP Mundial, também vem crescendo na região, impulsionado pela CONTUA e pela AFT-USA. Após reuniões locais preparatórias, realizaram sua primeira reunião global, em 2014, em Buenos Aires.

O setor Administrativos da Educação, recém-formado na ISP Mundial, vem também crescendo na região, impulsionado pela CONTUA e pela AFT- USA. Realizaram sua primeira reunião global em Buenos Aires em 2014, após reuniões locais preparatórias.

Em todos os setores segue o desafio representado pelo modelo organizativo por estruturas regionais: **como integrar Estados Unidos,**

**Canadá e Caribe nessas estruturas setoriais** – tema que está identificado como uma prioridade a ser analisada durante o IAMRECON. **Como superar as barreiras linguísticas? Como representar em uma mesma organização setorial sindicatos tão diferentes**, como aqueles sindicatos que congregam todos os servidores, outros que se organizam em um só setor e outros ainda que representam apenas uma parte de um setor? Questões complexas para as quais vamos, passo a passo, na prática, construindo respostas.

Outra área em que avançamos foi em relação aos **Comitês Nacionais Coordenadores (CNCs)**, hoje uma realidade para a maioria dos países da região. Esses comitês permitiram à ISP estruturar campanhas mundiais nas esferas nacionais, desenvolver ações conjuntas por Justiça Fiscal e contra a corrupção, lutar contra os TLCs, defender direitos sindicais e resistir às políticas neoliberais.

Quanto à **busca pelo equilíbrio orçamentário em cada sub-região**, avançamos parcialmente. O forte no período foi a situação financeira global da ISP que exigiu cortes nos gastos administrativos na região, fato que ocorreu após intensos debates em todos nossos fóruns. **Como equilibrar gastos com um modelo administrativo enxuto e eficiente? Onde e como manter oficinas sub-regionais e ao mesmo tempo atender a demandas setoriais cada vez mais intensas? Esse pontos ainda seguem em discussão.**

## II GOVERNANÇA GLOBAL

Seguimos perseguindo algum nível de relacionamento formal entre o **BID, o Banco Interamericano de Desenvolvimento** e o movimento sindical. Ainda que em geral a ISP oponha-se radicalmente às políticas privatizantes propostas pelo banco, buscamos, sem sucesso, construir um espaço formal de diálogo e críticas. A ideia de debates com os sindicatos foi bem recebida nas visitas que fizemos aos diretores-executivos do BID por representantes do Brasil, Jamaica, Argentina e Uruguai, realizadas em Washington por ocasião do IAMREC, em 2013. Hoje, nosso escritório de Washington, com o apoio do escritório das Federações Sindicais Internacionais e da CSI, segue em contato com o banco buscando criar esse espaço a cada ano ou dois anos, com o objetivo de debater as políticas do banco ao fazer empréstimos. Hoje, com o próprio Banco Mundial debatendo adotar cláusulas trabalhistas para emprestar dinheiro, espera-se que esse tema também avance na esfera regional. Além disso, a ISP tem estado representada na reuniões do BID com a sociedade civil, nas quais avaliamos que os debates são demasiados genéricos e não satisfazem as demandas sindicais. Uma novidade positiva foi que o Banco Africano de Desenvolvimento aprovou a adoção dos convênios básicos da OIT para financiar projetos na África. Só nas Américas o respectivo banco regional segue sem dar respostas ao movimento sindical.

Em relação à **OEA (Organização dos Estados Americanos)**, a prioridade tem sido a participação na Conferência Interamericana de Ministros de Trabalho (CIMT) – principal fórum da OEA com o movimento sindical e espaço em que a ISP tem-se apresentado seguidamente com o maior número de representantes entre todas as organizações sindicais. A CIMT tem sido um momento importante para a defesa dos direitos sindicais na região, em particular por conseguir pressionar os governos, como no caso do Peru, Guiana, Paraguai, Chile e outros. Ainda na OEA, destaca-se a luta da ISP para a aprovação das convenções de combate ao racismo e à discriminação, hoje já vigentes – ressaltando que fomos a única organização sindical internacional a trabalhar pela aprovação das respectivas convenções A68 e A69.

Outra organização com a qual começamos a trabalhar foi o **BRICS**, a partir da proposta de filiadas do Brasil, que culminaram em uma reunião ocorrida em Brasília, em agosto de 2013, com sindicatos filiados da África do Sul, Índia, Rússia e Brasil. Durante a reunião, nossas filiadas elaboraram um plano de trabalho de acompanhamento sindical às políticas e acordos do BRICS. Desta reunião também participaram filiadas do setor de Municipal de diversos países da América Latina.

Sobre a **UNASUL**, os governos começaram a debater uma estrutura de acompanhamento por parte da sociedade, criando Conselhos Nacionais e um Conselho Regional – chamado de Foro de Participação Cidadã –, nos quais os sindicatos e as ONGs estão presentes. A participação da ISP na primeira reunião desse foro foi destacada pelas demais organizações como excelente, levando propostas claras para fortalecer um espaço comum, plural e democrático de participação social nas estruturas da UNASUL. Há que se mencionar ainda que, em claro contraponto ao bloco, foi criada, em 2012, a Aliança do Pacífico, feita para reunir países de governos com identidade política mais próximas aos Estados Unidos.

Outro bloco que a ISP busca atuar é o **Mercosul**. A decisão de a Venezuela integrar o bloco gerou conflitos, aparentemente superados, em particular com o Paraguai, apesar de seguirem diferenças de interesses entre os países – o que dificulta o fortalecimento deste bloco.

Por último, a ISP tem também buscado acompanhar os debates da **CELAC** e das **Cúpulas das Américas** – espaços em que, junto com a CSA, sempre defendemos um modelo de desenvolvimento favorável à população e direitos sindicais a todos os trabalhadores e trabalhadoras.

Em relação aos **Tratados de Livre Comércio (TLCs)**, combater esses acordos tem sido uma verdadeira prioridade na região. Graças à ISP, discussões sobre os acordos TiSA, TPP (Transpacífico), TTIP (Transatlântico) e CETA (União Europeia-Canadá) estão cada vez mais presentes na agenda sindical da região. Filiadas do Chile, Brasil, Costa Rica, Estados Unidos, Canadá, Paraguai, Uruguai, Colômbia, Panamá, Peru e México participaram, com sucesso, de fóruns da ISP, como os ocorridos em 2014 em Washington e em Genebra – no sentido

de ampliar ações contra esses tratados em seus países. A má notícia, entretanto, é que, apesar de toda a oposição dos sindicatos e da sociedade civil, o Equador assinou um TLC com a União Europeia.

À época deste informe, o **TiSA**, Acordo sobre o Comércio de Serviços (do inglês, *Trade in Services Agreement*), já havia chegado à sua décima rodada de negociações, que teve lugar em Genebra, em fevereiro de 2015. Na região, a maior preocupação é com a eventual adesão do Uruguai – que já sinalizou a intenção de participar do acordo. Além dele, da nossa região, já participam das negociações os seguintes nove países: Estados Unidos, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, México, Panamá, Paraguai e Peru. No sentido de somar na luta contra o TiSA, a ISP tem desenvolvido uma campanha juntamente com a OWINFS (Nosso mundo não está à venda) e outras organizações com o intuito de manter nossas filiadas atualizadas sobre as negociações; debater um plano estratégico de combate à aprovação do acordo e impulsionar atividades nacionais em cada país da região. Para tanto, a ISP tem participado de teleconferências que congregam representantes de dezenas de países para discutir os planos de ação. Nossa luta tem sido de retirar nossos países do TiSA, repudiando esse acordo.

No último período, também avançaram as negociações da **TPP**, Parceria Transpacífico (do inglês *Trans-Pacific Partnership*), que neste lado do mundo reúne Chile, Peru e Estados Unidos, com a previsão de entrada ainda do Canadá e México. A TPP reúne o que há de pior em propostas de “livre comércio” com inúmeras garantias às transnacionais e ataques aos direitos trabalhistas e sindicais. Na TPP, os serviços públicos se transformam em meras mercadorias voltadas à geração de lucros privados. A ISP continua integrando a Rede NoTPP, composta por ONGs das Américas (somente em espanhol). Ao passo que algumas de nossas filiadas estão presentes no Grupo de Trabalho da ISP sobre a TPP (somente em inglês), que reúne membros das Américas e da Ásia. As negociações da TPP seguem secretas e em locais de difícil acesso e mobilização, apesar de, em 2013, os negociadores terem afirmado que ainda não tinha alcançado um acordo em razão de dificuldades diante de fortes diferenças em temas como patentes e custos com medicamentos, subsídios na agricultura e outros.

Já as negociações da **TTIP**, Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (do inglês, *Transatlantic Trade and Investment Partnership*), entre a União Europeia e os Estados Unidos, que começaram em julho de 2013, seguem em discussão secreta. Por sua vez, o **CETA**, Acordo Econômico e Comercial Global (do inglês *Comprehensive Economic and Trade Agreement*), entre a União Europeia e o Canadá, apesar de já estar previsto para entrar em vigor em 2016, à época deste informe, ainda precisava ser aprovado pelo Conselho e pelo Parlamento da União Europeia – um acordo que, caso se concretize, deve suplantará o NAFTA (tratado entre Canadá, Estados Unidos e México) como maior acordo transfronteiriço do Canadá.

Outro TLC que tem mobilizado a ISP e suas filiadas é a possibilidade de acordo entre **União Europeia – MERCOSUL**, também discutido em segredo

de Estado e com possibilidades de ser assinado, atacando diretamente serviços públicos.

Quanto ao **financiamento do setor público e tributação**, o debate sobre **Justiça Fiscal** foi o tema que mais se intensificou no último período – uma discussão que, na região, se articula também com o tema do **combate a corrupção**. Com efeito, o fato de as grandes corporações não pagarem impostos e a maneira como usam os paraísos fiscais para tanto começou a ser discutido, com mais intensidade, nos sindicatos. Seminários regionais de capacitação e debate foram organizados em 2014 na Argentina, Chile e Colômbia, com a presença constante de mais de 120 líderes de inúmeros países da região e apoio da UITOC, antiga ULATOC. O mesmo ocorreu durante a CIT OIT em Genebra no ano de 2013. Já se planeja o próximo seminário para junho de 2015, no Canadá.

A ISP também realizou fóruns anticorrupção no Dia Mundial de Combate à Corrupção, 7 de dezembro, no México, em 2013, e na Colômbia, em 2014, para debater a transparência nos serviços públicos.

Por sua vez, dentro da campanha sobre Justiça Fiscal, seguimos também com a luta pelo **Imposto sobre Transações Financeiras (ITF)** – conhecido como Taxa Robin Hood no Canadá e nos EUA – e por Impostos Justos. Durante a reunião Rio+20 e depois em Washington, em 2013, após o IAMREC, se realizaram manifestação pelo ITF.

A questão da Justiça Fiscal e dos TLCs seguem como prioridade máxima para o novo período do plano de ação regional da ISP, assim como na esfera mundial. Diante disso, espera-se obter mais resultados concretos que viabilizem financiar adequadamente serviços públicos com qualidade.

### III DIREITOS HUMANOS E SINDICAIS

De acordo com relatórios mundiais da OIT, as Américas, em particular a América Latina, é a região onde mais se violam os direitos sindicais no setor público.

No período, a Guatemala tornou-se o país mais perigoso do mundo para ser sindicalista, com inúmeros assassinatos – uma realidade que atingiu fortemente nossas filiadas. Leis antissindicais foram implantadas no Peru, Honduras, Equador, Paraguai e partes dos Estados Unidos, apenas para citar alguns exemplos. Notaram-se avanços apenas no Uruguai e na Colômbia.

Como resposta, a participação das filiadas da região na Conferência Internacional do Trabalho da OIT (**CIT/OIT**) ampliou-se. Hoje, atuamos desde a preparação das mesmas, respondendo a questionários prévios, participamos das reuniões preparatórias em que se decidem casos prioritários a serem debatidos nas conferências e até fisicamente estamos presentes com dezenas de representantes da região na CIT propriamente dita. Mobilizações foram feitas no

Equador, Peru, Colômbia, Venezuela, Argentina, Panamá e México, reproduzindo a Rota da Vergonha simultaneamente à que promoveu a ISP em Genebra, com a visitas as embaixadas dos países que mais violam direitos sindicais.

Registra-se também a campanha desenvolvida pela ISP pela ratificação das **Convenções 151 e 154**, que mobilizou milhares de sindicalistas em diversos países das Américas, criando um ambiente mais favorável à ratificação e à implantação da negociação coletiva no setor público na região.

Juntos com ACTRAV, promovemos seminários para capacitação de líderes sindicais no setor público. Um destaque deu-se em agosto de 2013, quando a ISP e a ACTRAV organizaram uma reunião bipartite com governos e sindicatos da região, na qual se difundiu, entre outros materiais, o **Manual de Negociação Coletiva** no Setor Público publicado pela OIT, com aval da ISP, em 2012.

Ainda no ano de 2012, a ISP em coordenação com a CSA e a ACTRAV promoveu uma atividade de **formação à distância** com o objetivo de apoiar o melhor conhecimento e alcances dos Convênios 151 e 154 da OIT e fortalecer a capacidade das organizações sindicais de contribuir com os Formulários de Memória referentes a esses convênios. Em 2015, uma nova capacitação terá início no dia 1º de maio; dessa vez, procurando criar uma rede de apoio à negociação coletiva no setor público na região.

Outro ponto importante foi a manifestação em defesa dos direitos sindicais no setor público em **Wisconsin**, nos Estados Unidos, com mobilização de milhares de trabalhadores, que obteve um forte apoio internacional.

Outra ação de destaque foi a participação da ISP na **Conferência Regional da OIT**, em outubro de 2014, no Peru, onde junto com a CSA/TUCA se aprofundou a defesa dos direitos sindicais na região, inclusive no setor público.

Em relação à **Comissão Interamericana de Direitos Humanos**, seguem em curso as denúncias sobre a violação de direitos no Equador. Além disso, atualmente, a ISP está procurando tratar do tema dos cidadãos descendentes de haitianos na República Dominicana no âmbito da mesma Comissão, que já se posicionou contra a decisão da Corte Constitucional da República Dominicana.

Apesar de todas as tentativas de avanço de direitos sindicais no setor público, o balanço desse período, na verdade, deve ser o **reconhecimento de que a resistência a retrocessos acabou ocupando mais tempo em nossas agendas do que o tempo despendido com aquilo que realmente gostaríamos de ter avançado**. Seja fruto da crise econômica, das políticas de recorte neoliberal, dos TLCs ou de qualquer outro fator, o fato é que **nunca se viu tantos ataques aos direitos sindicais como nesse último período**. Ganhamos visibilidade como setor público, mas ainda estamos longe de vencer e garantir direitos no setor e, por isso, o tema segue sendo uma prioridade para os próximos cinco anos.



#### IV EQUIDADE, IGUALDADE E DIVERSIDADE

Na questão de gênero, o tema principal do período foi a luta pelo **fim da violência contra a mulher**, em especial no local de trabalho. Seja no Caribe ou em qualquer lugar da América Latina, este segue sendo um tema prioritário na região. Em 2014, reuniram-se no Chile, mais de 80 companheiras de quase todos os países das Américas – ocasião em que se aprovaram propostas de ação que serão integradas ao plano para o próximo período. A presidenta do país, Michelle Bachelet, presente à reunião agradeceu a ISP pelas constantes lutas pela questão de gênero e conclamou a todas as presentes para reforçar ainda mais as ações pelo fim da violência contra a mulher, agindo para isso, entre outras instituições, também na OIT, destacando a erradicação da violência contra as mulheres no lugar de trabalho e no emprego público.

No Caribe e no Chile importantes experiências locais ampliaram a luta pelo fim da violência contra a mulher para além das organizações sindicais.

Além disso, nota-se a crescente participação de líderes mulheres da região na Conferência da ONU pelos Direitos da Mulher (**UNSCW**) assim como na Conferência Internacional do Trabalho da OIT.

No Cone Sul e no Brasil, iniciou-se um novo projeto sobre Gênero, que inclui o tema de **Equidade de Salário**, retomando-se com mais ênfase essa bandeira.

A região obteve ainda a presidência do Comitê Mundial de Mulheres da ISP, com a eleição de Juneia Batista.

Quanto ao **jovens** do setor público, o tema da **terceirização/trabalho precário** segue sendo um dos principais problemas enfrentados na região. Com a crise, o desemprego se agravou em quase todos os países. Apesar disso, o Comitê Regional de Jovens consolidou-se e tem demonstrado ser muito dinâmico, com edição de boletins e reuniões por Skype periódicas, apesar das dificuldades trazidas pela barreira linguística entre os que falam espanhol, inglês, português e francês. Os jovens conquistaram **duas vagas** efetivas dentro do Comitê Executivo Regional, o **IAMREC**. A meta é dar continuidade e fortalecer esse comitê nos próximos 05 anos.

Com relação ao **combate ao racismo e à xenofobia**, a ISP lutou para aprovar duas convenções da OEA – a **A-68**, que trata do racismo, da discriminação racial e formas conexas de intolerância; e a **A-69**, contrária a toda forma de discriminação e intolerância.

Temos ainda buscado estreitar a relação com o INSPIR (Instituto Sindical Interamericano Pela Igualdade Racial) e com a CSA na luta contra o racismo e a xenofobia. Como último resultado dessa parceria, ambas as entidades

juntamente com a CSA produziram materiais (vídeo, folder, pôster) para uma campanha de assinatura e ratificação das duas convenções citadas da OEA.

Na última reunião do Comitê Regional da ISP de Combate ao Racismo e a Xenofobia, em Bogotá, Colômbia, participaram representantes do Cone Sul, Brasil, países Andinos, Caribe, América Central e Estados Unidos. Entre os pontos importantes tratados, encontravam-se justamente a aprovação da Convenção da OEA contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Conexas de Intolerância, defendida pela ISP nos últimos anos; o intercâmbio de boas práticas e a situação dos/as cidadãos/ãs descendentes de haitianos na República Dominicana, agredidos pela perda de direito à cidadania em função de decisão da Corte Constitucional daquele país.

Em relação à temática **LGBT**, o Comitê Regional LGBT da ISP se constituiu em junho de 2013, em uma reunião realizada em São Paulo, com a participação de representantes do Brasil, Cone Sul, países Andinos e América Central. Com projeto que teve apoio e participação da FNV/ABVAKABO. Os pontos centrais da reunião incluíram a defesa da igualdade de direitos, a participação nos *Out Games* e o trabalho conjunto com a ILGA. Há de se mencionar, neste sentido, que uma delegação da região participou dos *Out Games* em Antuérpia em julho-agosto do mesmo ano. Também a ISP assinou um convênio de cooperação de três anos com a ILGA-LAC, subdivisão regional para América Latina e Caribe da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersex, por ocasião da 27ª Conferência Mundial da ILGA, em outubro de 2014. Por último, com apoio de um projeto com a ABVAKABO, está se publicando materiais sobre direitos dos/das trabalhadores LGBT e políticas públicas que garantam esse direito.

Em relação aos **migrantes**, a região Interamericana apoiou a participação de suas filiadas, sobretudo dos Estados Unidos, no Diálogo de Alto Nível em Migração e Desenvolvimento das Nações Unidas, que aconteceu, em setembro de 2013, em Nova York. Já em 2012, a prioridade da ISP na região foi analisar as leis anti-migrantes do Arizona e do Alabama assim como estudar medidas legais possíveis. No Arizona, a lei já foi alterada por decisão da Corte Americana.

## V SOLIDARIDADE INTERNACIONAL

Como resultado da deterioração dos direitos humanos e sindicais na região, chegamos à Conferência de 2015 com 7 países prioritários para receber solidariedade internacional na região, quando em 2010 havíamos aprovados apenas quatro prioridades – **Haiti, Colômbia, Honduras e Guatemala**. A esses, somamos **Equador, Peru e Paraguai**.

Em relação ao **Haiti**, inaugurou-se durante o IAMREC 2012 a nova sede do CTSP e a clínica, organizados sob o apoio de filiadas do Canadá, Estados Unidos e da ISP.

A ISP também participou da reunião da CSI em dezembro de 2013, em Porto Príncipe, em que se discutiu o acompanhamento do apoio sindical internacional ao Haiti. O contato com a CTSP nesse sentido continua através do escritório da ISP no Caribe. Também no período, durante o Congresso Mundial da ISP, em Durban, em novembro de 2012, aconteceu uma reunião paralela sobre a recuperação do Haiti e as ações promovidas pela ISP e suas filiadas.

Mais recentemente, o tema dominante na agenda sindical internacional, em particular para a ISP, foi a decisão da Corte Constitucional da República Dominicana de negar a cidadania a milhares de cidadãos/ãs descendentes de haitianos/as, ou seja, filhos/as, netos/as e bisnetos/as de haitianos nascidos na República Dominicana, que agora sofrem total discriminação neste país. Toda a comunidade sindical internacional, a OEA e outras entidades repudiaram a decisão. A ISP se manifestou prontamente, assim como a CSA e nossas filiadas dominicanas, mas até o momento o tema não foi resolvido. O Comitê Regional de Combate ao Racismo e à Xenofobia sugeriu que a ISP apoie juntamente com a CSI uma campanha mundial de boicote ao turismo na República Dominicana.

Em relação à **Colômbia**, há avanços no diálogo com o governo, mas faltam conclusões mais positivas. As ameaças seguem. Podemos citar, por exemplo, entre outros, o caso de Margarita López (SINTRACUAVALE), que além da perseguição sindical tem posto sua vida em risco por lutar contra a privatização da companhia de água da região.

A regularização da negociação coletiva no setor público na Colômbia avança com a perspectiva de nova legislação. Segue a negociação unificada no setor público – um expressivo avanço se comparado a situação anterior, mas ainda sem conclusões satisfatórias. Houve ainda oportunidades durante a segunda reunião bipartite entre os governos e sindicatos dos países andinos, que teve lugar em Bogotá, em agosto de 2012 – reunião, organizada pela OIT e pela ISP, que teve amplo apoio do governo colombiano.

Quanto à **Guatemala**, que se tornou o país mais perigoso do mundo para ser sindicalista, uma importante missão da ISP esteve neste país, de 12 a 15 de agosto de 2013, realizando audiências com o presidente da República, ministros, oficinas locais das Nações Unidas, da OIT e outros órgãos. Em 2014, por ocasião do IAMREC, estivemos novamente conversando com o presidente da República e com outras autoridades governamentais.

Com toda a pressão internacional, campanhas, missões e ações durante a Conferência Internacional do Trabalho da OIT (CIT) se conseguiu diminuir os assassinatos de sindicalistas, mas o perigo e as frequentes ameaças seguem presentes. Foi importante o apoio da ISP para a presença de Luís Lara na CIT, bem como para falar no Parlamento Europeu juntamente com Dora Regina Ruano, ambos dirigentes da SNTSG, filiada da ISP na Guatemala.

Entretanto, os atentados e assassinatos de dirigentes sindicais seguem na Guatemala. A ISP tem acompanhado as atividades que a Rede de Direitos Humanos da CSA realiza em apoio aos sindicatos e demais movimentos sociais

da Guatemala, sobretudo quanto às denúncias de perseguições a dirigentes sindicais e a violações aos direitos trabalhistas, buscando pressionar o governo para as mudanças necessárias neste país. Nesse sentido, cabe destacar as denúncias dirigidas ao governo da Guatemala e organizações internacionais de direitos humanos sobre o assassinato do companheiro Ovidio Ortiz em março de 2012 e quanto ao atentado sofrido pela companheira Melvy Lizeth Camey Rojas, ambos dirigentes da SNTSG, através de notas enviadas pela ISP e também por organizações integrantes da Rede de Direitos Humanos da CSA.

Outro ponto foi a Campanha do CSI/CSA – “Guatemala: trabalho decente para uma vida digna”. A campanha mundial foi lançada em 30 de abril de 2011, como resultado da 2ª Conferência Internacional contra a Impunidade na Guatemala, realizada pela CSI, em junho de 2011, na capital deste país, quando a ISP esteve representada. Essa foi a primeira campanha para países prioritários da Rede de Direitos Humanos da CSA que contou com logomarca, vídeo e uma página no Facebook. No marco da campanha, a CSA realizou uma atividade de solidariedade e avaliação da 2ª Conferência contra a impunidade no fim de julho de 2012, na Guatemala.

Em relação a **Honduras**, outro país prioritário, realizou-se a reunião do Conselho Global Unions Américas (Tegucigalpa, 13 – 14 de Fevereiro de 2012), no marco do lançamento da Agenda de Trabalho Decente em Honduras (ATDH), com o objetivo de envolver as FSI's nesse processo. A ISP integrou ainda a missão sindical de observação da eleição presidencial deste país, em novembro de 2013. Lamentavelmente, apesar de o processo eleitoral ter tido fortes indícios de fraude, o Comitê Eleitoral prontamente declarou vencedor o candidato da direita que tinha o apoio dos mesmos que destituíram o Presidente Zelaya, eleito democraticamente. Nova missão realizou-se em 2014. Ainda nas Conferências da OIT e da OEA, temos pressionado o novo governo de Honduras a respeitar os direitos sindicais e o contato segue através do escritório da ISP para a América Central. Será importante apoiar as filiadas locais para que sigam na luta por democracia e plenos direitos no país.

A Agenda de Trabalho Decente em Honduras resulta de um processo de construção de uma estratégia de incidência sindical apoiada pela CSA, com a participação das três centrais sindicais nacionais hondurenhas (CUTH, CTH e CGT), além de organizações aliadas em nível nacional e internacional. A iniciativa reconhece a necessidade de retomar o caminho do diálogo e o avanço de uma agenda de trabalho decente em Honduras – algo que foi interrompido com o golpe de Estado. Ademais, considerando o papel jogado pelo sindicalismo na resistência ao golpe, se trata também de uma oportunidade para o sindicalismo ganhar um novo papel no país, onde a trajetória de unidade de ação das três centrais sindicais é um elemento bastante positivo.

Quanto ao **Equador**, estabelecido pelo IAMREC como novo país prioritário após tantas violações sindicais, lamentavelmente o governo segue sem dialogar com os/as trabalhadores/as ao mesmo tempo em que persegue líderes independentes, o que tem sido sistematicamente denunciado tanto na OIT

quanto na OEA. Isso resultou que, em janeiro de 2015, o país recebesse uma missão técnica da OIT para a avaliação dos direitos sindicais, fruto direto dos anos que a ISP se dedicou a denunciar as violações de direitos no país. O relatório desta missão está previsto para ser divulgado ainda em 2015. Várias visitas sindicais ao Equador foram organizadas pela ISP nesses últimos anos, uma delas coordenadas por nossas filiadas do setor Saúde em 2012. Uma outra forma de solidariedade foi dar ajuda financeira a três dirigentes sindicais perseguidos no Equador. Nota-se que o presidente Correa foi reeleito para mais um mandato à frente do país.

Já o **Paraguai**, embora o IAMRECON não o tenha estabelecido como um país prioritário, acabou recebendo muita atenção no período, por conta do golpe legislativo ocorrido no dia 22 de junho de 2012 – uma reviravolta que obrigou todo o movimento sindical americano e mundial a reagir contra a interrupção da democracia neste país. A ISP acompanhou a situação local desde o início, junto com a CSA e outras FSIs; e de Ferney emitiu uma nota de repúdio ao golpe.

Um ponto positivo foi a reação do Mercosul e da UNASUL ao golpe no Paraguai. O fato de suspender a participação do país em suas estruturas afirmou esses blocos como fortes pontos de apoio à democracia na região. No entanto, parte dos sindicatos locais não se manifestaram contra esse retrocesso político no país.

O governo não eleito propôs no Parlamento um novo marco regulatório para o setor Elétrico, no qual, entre outras coisas, se quebrava o monopólio do Estado no setor e abria o caminho para a privatização – não só nesse setor mas também em outros. Isso gerou forte reação dos sindicatos, com apoio da ISP. A eletricidade é o principal produto de exportação do Paraguai e acrescenta mais de 750 milhões de dólares por ano ao orçamento nacional. A ISP segue apoiando suas filiadas locais na luta contra a privatização.

Por último, precisamos falar de um novo país que exige maior atenção da ISP, o **Peru**. O governo fez aprovar no Parlamento uma nova Lei do Serviço Público, que impede que os sindicatos do setor público negociem salários e determina como o setor deve se organizar. Em uma oficina internacional organizada pela ISP, uma vez mais com a OIT, se demonstrou claramente a ruptura da lei com os Convênios da OIT. Campanhas da ISP e da LaborStart chegaram a mobilizar de todo o mundo sindical mais de 10.000 mensagens dirigidas ao governo do Peru contra a nova legislação arbitrária. Manifestações massivas foram realizadas em todo o país em defesa dos direitos sindicais. O debate sobre essa lei arbitrária segue no Peru e as filiadas da ISP buscam recuperar direitos. Mais recentemente o ataque veio diretamente a um de nossos dirigentes locais, com a revogação, por parte do governo, da permissão de licença sindical dada a Luís Isarra (Secretário-Geral da FENTAP e membro do IAMREC), fato que motivou nova campanha internacional contra mais essa arbitrariedade.

Como forma de expressar mais solidariedade internacional, o próprio IAMREC passou a decidir o local de sua reunião mundial em função das lutas na região. Assim fomos ao Chile, em 2010, após o terremoto; ao Haiti, em 2012, para inaugurar a nova sede e a clínica de Saúde; a Washington, em 2013, para reuniões com o BID e a OEA durante o IAMREC; e a Guatemala, em 2014, para combater o assassinato de sindicalistas e defender direitos sindicais. Politiza-se, assim, a decisão sobre onde reunir a direção máxima da ISP na região, algo que antes era definido por razões outras.

Ampliar a solidariedade internacional, defendendo a cada uma de nossas organizações sindicais filiadas em casos de necessidade, segue sendo uma das mais valiosas funções de nossa organização.

***Jocelio Drummond***  
***Secretario Regional***  
***ISP Interaméricas***